



MAPA SECRETO BANCA FCC

Revelando o que a banca mais cobra!

www.ppcursos.com.br

**ponto
a ponto**
Estudo planejado



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Expectativa de lei local na PGE Tocantins | 3 |
| 2. Expectativa de lei local na PGE Mato Grosso | 6 |
| 3. Cobrança da FCC por disciplinas nos últimos 5 anos | 10 |

I - EXPECTATIVA DE LEI LOCAL NA PGE TOCANTINS

Como sabemos, a FCC gosta de cobrar muita lei local na fase objetiva. Considerando também a quantidade de leis locais previstas no edital, é crível a seguinte cobrança:

PGE TO

| DISCIPLINAS | Nº DE QUESTÕES |
|---|------------------|
| DIREITO CONSTITUCIONAL | 3 de 15 |
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 4 de 15 |
| DIREITO TRIBUTÁRIO | 2 de 08 |
| DIREITO FINANCEIRO | 0 de 08 |
| DIREITO CIVIL | 0 de 12 |
| DIREITO AMBIENTAL | 4 de 08 |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL | 0 de 12 |
| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | 3 de 06 |
| DIREITO DO TRABALHO | 0 de 07 |
| DIREITO PROVESSUAL DO TRABALHO | 0 de 07 |
| HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE TOCANTINS | 0 de 02 |
| TOTAL | 16 de 100 |

Vamos tecer alguns comentários sobre algumas leis que achamos importantes para **PGE TOCANTINS**, de bom custo-benefício ou que seja válido verificar apenas conceitos e diferenças em relação à legislação federal:

LEGENDA:

-  Bom custo-benefício.
-  Importante, porque sempre cai.
-  Verificar apenas conceitos e diferenças em relação à legislação federal.

CONSTITUCIONAL

🔄 **Lei Complementar n. 69/2010 (Precatórios):** é uma lei bem curta, bem pequena mesmo que está contida em uma disciplina que tem 15 questões.

★ **Constituição Estadual:** não se iluda que você não vai conseguir ler a CE inteira. Então, vamos filtrar os pontos quentes da FCC, que são os seguintes trechos:

1. Procuradoria Geral do Estado na CE: escolha do PGE, requisitos do PGE;
2. Processo legislativo: processo de emenda à CE e legitimados, previsão de iniciativa popular para lei estadual;
3. Competência originária do TJ para processar e julgar ações;
4. Controle de constitucionalidade estadual e legitimados.

★ **Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999 (LOPGE):** é uma lei essencial, porque trata dos órgãos da PGE. É importante dar atenção a:

1. Órgãos, em especial ao Conselho dos Procuradores, PGE, Subprocurador-Geral e os respectivos processos de escolha.
2. Consultoria judicial e extrajudicial prestada pela PGE.
3. Autorização de não interposição de recursos.
4. Distribuição de honorários.
5. Aspectos da carreira dos procuradores.

ADMINISTRATIVO

★ **Lei Estadual n. 1.818/07 (Estatuto do Servidor):** Como são 15 questões de Administrativo, apostaremos em 4 questões de lei local na disciplina. Uma provavelmente abordará esta lei.

VS **Decreto Estadual n. 6.066/2023 (Regulamenta a Lei de Licitações e Contratos em âmbito estadual):** enorme, pouco custo-benefício. Por isso, iremos apenas apresentar as diferenças em relação à lei federal.

★ **Lei Estadual nº 2578/2012 (Militares):** Como são 15 questões de Administrativo, apostaremos em 4 questões de lei local na disciplina. Uma provavelmente abordará esta lei.

TRIBUTÁRIO

★ **Lei estadual nº 1287/2001 (Código Tributário do Estado do Tocantins):** Sempre cai. Contudo, é sempre um diploma gigante. Aqui, também nos concentraremos nas peculiaridades. Tudo que já estiver no CTN será apagado. Uma dica muito importante é que as questões de lei local de tributário da FCC, muitas vezes, são resolvidas com um bom conhecimento de Direito Tributário em geral. Ou seja, a leitura da lei local em Tributário para um aluno avançado acaba sendo desnecessária.

AMBIENTAL

★ **Lei Estadual n. 1.560/05 (Sistema Estadual de Unidades de Conservação):** Importante principalmente pelas diferenças em relação ao SNUC.

♻️ **Lei Estadual n. 3.530/19 (Código Estadual de Proteção aos Animais):** A importância aqui é só porque a FCC ama uma lei local de ambiental. Então, apostamos em 3 questões de lei local na disciplina.

vs **Outras:** Leia conceitos e diferenças da Política Estadual de Resíduos Sólidos e da Política Estadual de Recursos Hídricos.

PREVIDENCIÁRIO

★ **Lei Complementar n. 150/2023 (RPPS):** as duas leis previstas na disciplina devem cair. Contudo, são leis complexas. Então, vamos sugerir esta aqui para leitura, porque tem mais potencial de incidência.

★ **Lei Estadual n. 4.129/2023 (Sistema de Proteção dos Militares):** as duas leis previstas na disciplina devem cair. Contudo, são leis complexas. Então, não iremos fornecer esta lei como uma escolha trágica. Afinal, são 6 questões apenas de Previdenciário.

II – EXPECTATIVA DE LEI LOCAL NA PGE MATO GROSSO

É bem provável que, na PGE MT, tenhamos muito mais incidência de lei local do que na PGE TO. É crível o seguinte número de lei local:

PGE MT

| DISCIPLINAS | Nº DE QUESTÕES DE LEI LOCAL |
|--|-----------------------------|
| DIREITO CONSTITUCIONAL | 3 de 15 |
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 4 de 15 |
| DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO | 3 de 15 |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL | 2 de 15 |
| DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E AGRÁRIO | 0 de 10 |
| DIREITO AMBIENTAL | 5 de 10 |
| RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADM. PÚBLICA | 4 de 08 |
| PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA ADVOCACIA PÚBLICA | 5 de 06 |
| LEGISLAÇÃO ESTADUAL | 6 de 06 |
| TOTAL | 32 de 100 |

Todo edital tem suas interseções.

Exemplo 1: Finanças Pública na CF e Princípios Orçamentários da disciplina de Financeiro.

Exemplo 2: Precatórios nas disciplinas de Constitucional, Processo Civil e Financeiro.

O que isto quer dizer?

Estrategicamente, é importante estudar toda a interseção, porque o assunto pode cair tanto em uma disciplina quanto na outra. Isso aumenta a chance de estudar o que cairá.

Essa mesma regra vale para as leis locais. Se você observa que tem uma lei local que está em Administrativo e, também, em outra disciplina, é muito importante estudá-la, porque sua possibilidade de cobrança aumenta.

Abaixo, selecionamos algumas leis locais que observamos que coincidem em mais de uma disciplina, o que denota seu maior grau de importância:

Constituição Estadual

Disciplinas: Princípios institucionais + Legislação estadual + Constitucional

Lei Complementar nº 111/2002 – LOPGE

Disciplinas: Princípios institucionais + Legislação estadual + Constitucional

Lei Complementar nº 612, de 28/01/2019 - Dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências

Disciplinas: Administrativo + Legislação estadual

Lei nº 7.692, de 01/07/2002 - Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual

Disciplinas: Administrativo + Legislação estadual

Lei Complementar nº 429, de 21/07/2011 - Dispõe sobre a organização, estrutura e competência da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso

Disciplinas: Administrativo + Legislação estadual

Lei nº 3.922/1977 (Código de Terras do Estado)

Disciplinas: Direito Administrativo + Legislação Estadual

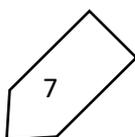
Lei Complementar nº 233/2005 (Política Florestal Estadual)

Disciplinas: Direito Ambiental + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 592/2017 (PRA - Programa de Regularização Ambiental)

Disciplinas: Direito Ambiental + Legislação Estadual

Lei Complementar Estadual nº 38, de 21 de novembro de 1995



Disciplinas: Direito Ambiental + Legislação Estadual

Decreto nº 1.031/2017 (Regulamenta LC 592/2017)

Disciplinas: Direito Ambiental + Legislação Estadual

Lei nº 9.502, de 14/01/2011 - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC

Disciplinas: Direito Ambiental + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 802, de 17/12/2024 - Dispõe sobre transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de créditos públicos estaduais

Disciplinas: Direito Tributário + Legislação Estadual

Lei nº 8.797/2008 (Processo Administrativo Tributário Estadual)

Disciplinas: Direito Tributário + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 555/2014 (Estatuto dos Militares Estaduais)

Disciplinas: Relações de Trabalho + Legislação Estadual

Lei Complementar estadual nº 04/1990

Disciplinas: Relações de Trabalho + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 112, 01/07/2002 - Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso

Disciplinas: Relações de Trabalho + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 207, de 29/12/2004 - Institui o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências

Disciplinas: Relações de Trabalho + Legislação Estadual

Lei Complementar nº 555, de 29/12/2014 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso

Disciplinas: Relações de Trabalho + Legislação Estadual

Decreto nº 1.525/2022 (Regulamentação da Lei 14.133/2021 no Estado)

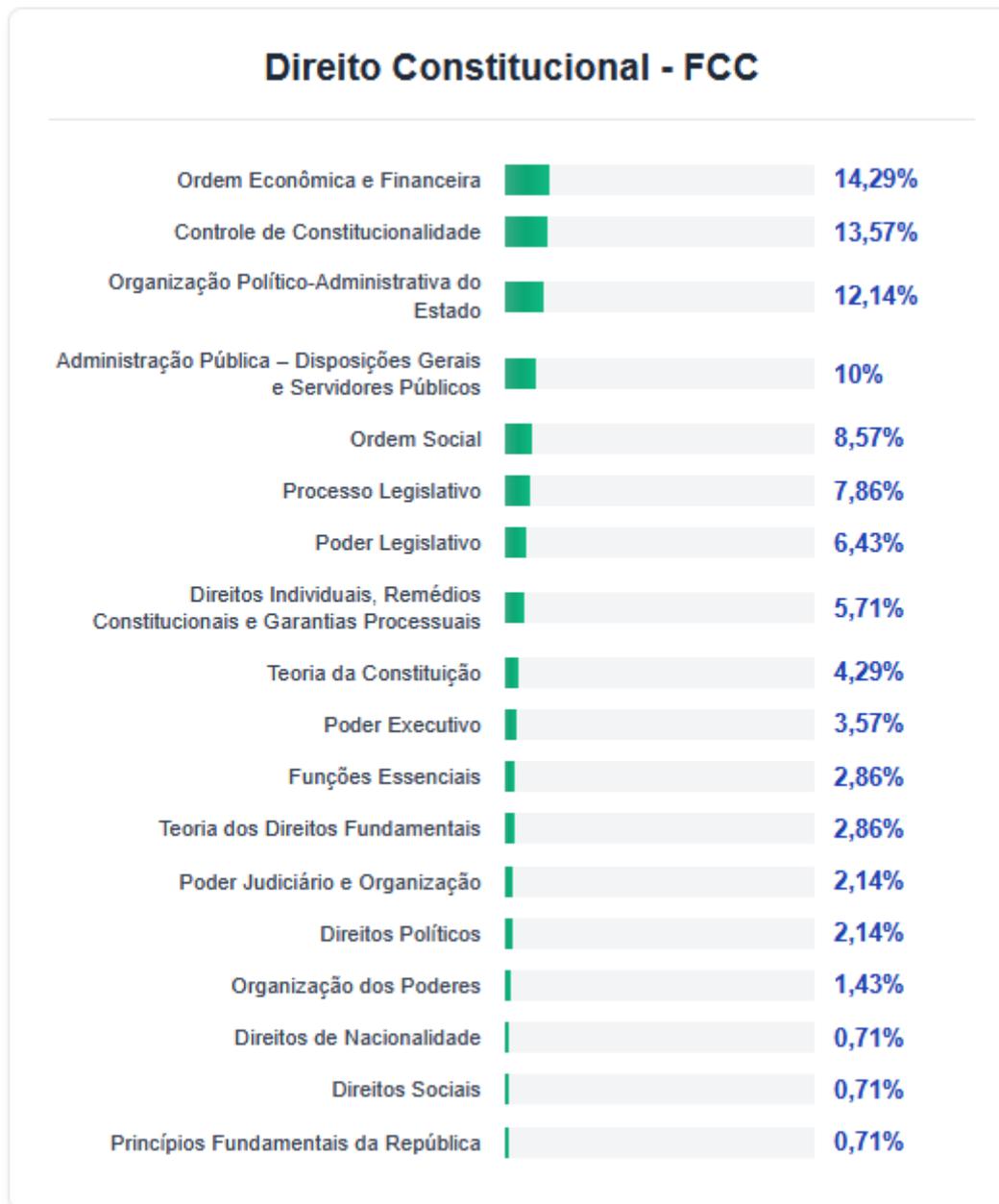
Disciplinas: Direito Administrativo + Princípios Institucionais + Legislação Estadual

Resolução nº 108/CPPGE/2023 (CONSENSO/MT)

Disciplinas: Direito Processual Civil + Direito Administrativo + Princípios Institucionais + Legislação Estadual

III – COBRANÇA DA FCC POR DISCIPLINAS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

É importante frisar que nossa análise é feita com base nos **ÚLTIMOS 5 ANOS** da banca, nos concursos de procuradorias. Veja:



Direito Administrativo - FCC



Direito Tributário - FCC

| | |
|---|--------|
| Impostos Estaduais | 20,45% |
| Execução Fiscal e Processo Tributário | 17,05% |
| Obrigação Tributária | 7,95% |
| Tributos Municipais | 6,82% |
| Administração Tributária | 6,82% |
| Extinção do Crédito Tributário | 6,82% |
| Legislação do Direito Tributário | 5,68% |
| Crédito Tributário e Lançamento | 4,55% |
| Limitações ao Poder de Tributar - Princípios e Imunidades | 7,96% |
| Simple Nacional | 2,27% |
| Exclusão do Crédito Tributário | 2,27% |
| Suspensão do Crédito Tributário | 2,27% |
| Repartição das Receitas Tributárias | 2,27% |
| Competência tributária | 2,27% |
| Conceito de Tributo e Espécies Tributárias | 2,27% |
| Tributos Federais | 1,14% |
| Garantias e Privilégios do Crédito Tributário | 1,14% |

Direito Financeiro - FCC

| | |
|---|--------|
| Receita Pública | 24,39% |
| Orçamento: Aspectos Gerais e Princípios do Direito Financeiro | 24,39% |
| Despesa Pública | 19,51% |
| Lei de Responsabilidade Fiscal - LC n  101 de 2000 | 17,07% |
| Fiscalização, Controle Interno e Externo da... | 7,32% |
| Precat rio | 4,88% |
| Crédito Público | 2,44% |

Direito Processual Civil - FCC

| | |
|--|-------|
| Cumprimento de Sentença | 8,57% |
| Procedimentos Especiais de Jurisdição... | 7,62% |
| Recursos | 7,62% |
| Sujeitos da Relação Processual e Litisconsórcio | 7,62% |
| Competência | 6,67% |
| Atos Processuais e Nulidade dos Atos Processuais | 5,72% |
| Demais legislações extravagantes | 5,71% |
| Provas em espécie | 5,71% |
| Intervenção de terceiros | 5,71% |
| Resposta do Réu e Revelia | 4,76% |
| Sentença, Liquidação e Remessa Necessária | 3,80% |
| Ações Autônomas de Impugnação | 3,81% |
| Tutela Provisória | 3,81% |
| Juizado Especial | 2,86% |
| Processos de Competência Originária dos... | 2,86% |
| Coisa Julgada no Processo Civil | 2,86% |
| Teoria Geral da Prova | 2,86% |
| Formação do Processo e Petição Inicial | 2,86% |
| Pressupostos Processuais, Jurisdição e Ação | 1,90% |
| Processo de Execução | 1,90% |
| Princípios Gerais do Processo | 1,90% |
| Produção antecipada da prova | 0,95% |
| Julgamento conforme o Estado do Processo | 0,95% |
| Improcedência Liminar do Pedido | 0,95% |

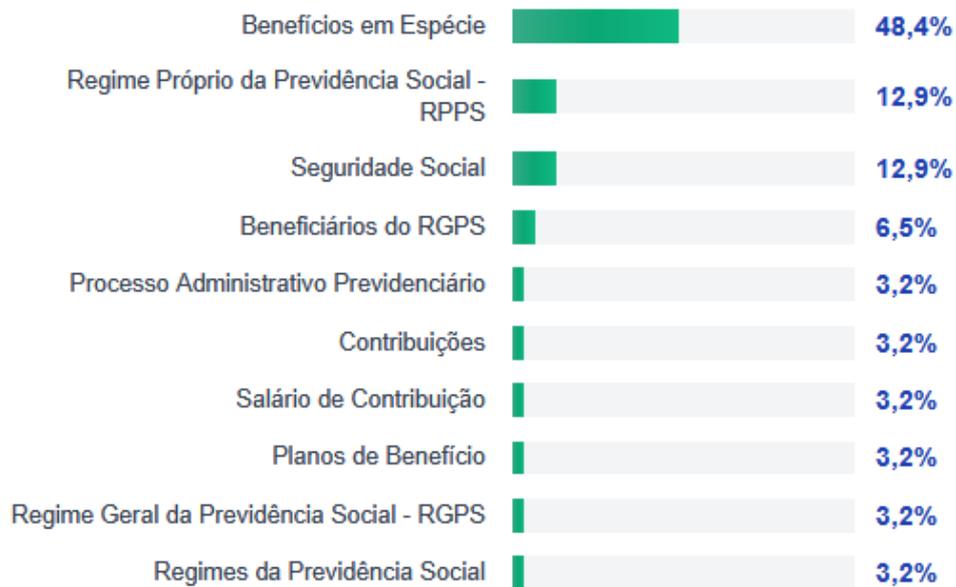
Direito Civil - FCC



Direito Ambiental - FCC



Direito Previdenciário



Direito do Trabalho - FCC



Direito Processual do Trabalho

